

Ensino Artístico Especializado em ruínas

O esquecimento e desinvestimento recorrentes a que o Ensino Artístico Especializado tem sido votado nos últimos anos, são tão inaceitáveis quanto merecedores da nossa indignação, dada a possibilidade, por via do abandono, de um gradual esvaziamento dos meios e mecanismos que poderão conduzir à extinção das práticas de ensino na área das artes no nosso país. De um modo, ou de outro, escolas públicas e privadas estão a deparar-se com dificuldades no seu funcionamento, entre outros constrangimentos, a nível financeiro, na contratação de professores e na falta de manutenção de instalações.

Segundo dados facultados pela AEEP, o Ensino Artístico Especializado tem a sua maior expressão no Ensino Particular e Cooperativo, onde atualmente se incluem cerca de 106 escolas, contra 6 públicas, para um total de cerca de 25.000 alunos financiados diretamente pelo estado, dos quais 15.000 do POPH e 10.000 do Orçamento Geral do Estado. Isto, não contabilizando os alunos que não recebem qualquer tipo de apoio e que se estima chegue aos 50.000 alunos. Lecionam nestas escolas, pelo menos, 3.000 professores, num contexto de uma procura crescente deste tipo de ensino por parte da população em idade escolar.

2010 marca o primeiro corte significativo nas verbas do orçamento geral do estado destinadas ao ensino artístico. Em 2011, o financiamento do ensino artístico especializado passa do orçamento geral do estado para o Programa Operacional de Potencial Humano – POPH (à exceção das escolas públicas e das escolas da área da grande Lisboa e Algarve) participado pelo Fundo Social Europeu. Esta mudança do modelo de financiamento foi em si extremamente lesiva para estas escolas, estando simultaneamente sujeitas à legislação do Ministério da Educação e do financiamento europeu, que chega por via do Ministério da Economia e do Emprego, cujo modo de funcionamento e legislação não estão em conformidade com a Portaria que Rege o Ensino Artístico Especializado e com as leis laborais (Contrato Coletivo de Trabalho e Código do Trabalho), ao ponto de algumas escolas já terem encerrado e outras estarem em risco de encerrar.

Esta situação é ainda agravada pelo facto de existir um hiato de tempo entre o encerramento do POPH e a entrada do novo Programa de Fundo Social Europeu - o Programa Operacional de Capital Humano (POCH), que só inicia em Janeiro de 2015, cujas regras ainda não estão publicadas e cuja mudança não foi devidamente acautelada, deixando as escolas sem previsão orçamental.

As escolas do Ensino Artístico Especializado afetadas a este tipo de financiamento estão no 4º mês de funcionamento e, até à data, ainda não receberam o reembolso do saldo final relativo ao ano letivo transato, o adiantamento (15%) relativo ao presente ano letivo, nem as verbas do contrato patrocínio, provenientes do Ministério da Educação, o que não é sustentável nem para as escolas, nem para o pessoal docente e não docente que resiste às condições de precaridade e de vencimentos em atraso a que está sujeito por via da desorçamentação destas escolas.

As Escolas do Ensino Artístico Especializado prestam um serviço público garantindo uma formação artística de qualidade, para além de funcionarem como polos de dinamização social, cultural e económica das regiões em que se inscrevem. O seu impacto social reflete-se não só nos postos de trabalho que representa, mas sobretudo na salvaguarda do direito ao acesso ao Ensino Artístico Especializado por parte da população escolar, como na garantia da possibilidade de prosseguimento de estudos, respeitando a condição consagrada por Lei do direito à educação e à cultura. Considerando a arte como património da humanidade e a cultura a memória coletiva de uma nação, pesa ainda, sobre esta realidade, pela deterioração das condições do Ensino Artístico Especializado, o risco de estarmos a assistir ao despoletar das suas ruínas.

Questões:

1. Há uma formalidade perversa, pois em vez de o dinheiro ser adiantado e o executor fazer prova da sua aplicação, o que se passa é que só depositam as verbas após as escolas pagarem aos professores, colaboradores e despesas de funcionamento. Acresce o facto de as Escolas terem de cumprir com todas as suas obrigações fiscais.
Ora, se entramos em rutura, como se pode pagar adiantado?
2. Este modelo concebido para o Ensino Artístico Especializado não funciona, que futuro esperar?
3. O que vai ser de um país sem cultura?